

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica Class.: 06
 Data 11.03.87 Pg.: _____

Jose Ribamar Bessa Freire

190

Lugar da Barra: o curral de índios

Protegida pela Senhora da Conceição — em sua capela de palha e chão batido, é por São José — o da Fortaleza do barro, madeira e taipa, com seus quatro canhões de calibre um e três, o Lugar da Barra foi se estruturando contra os interesses de sua população: os sobreviventes de várias nações de línguas diferentes, que eram laçados e trazidos à força do Solimões, do Madeira, do Japurá e do próprio rio Negro.

O crescimento do Lugar dependia, portanto, do despovoamento de outras áreas, mas parte considerável de sua população era transitória, na medida em que o Lugar da Barra não passava de um "curral de índios", que eram aí amontoados à espera de serem levados para Belém como escravos, ou alugados, quando "livres", para a coleta das "drogas do sertão".

Centenas de expedições, oficiais ou clandestinas, foram realizadas no período de um século e meio em que a escravidão esteve legalmente vigente na Amazônia. O Forte de São José representava um importante apoio logístico e militar para as tropas de descimento, resgate e "guerras justas".

Os descimentos eram expedições, em princípio não militares, realizadas tradicionalmente pelos missionários com o objetivo de convencer os índios a que descessem de suas aldeias de origem para as chamadas "aldeias de repartição" de onde eram alugados para trabalhar durante metade do ano para os portugueses. Na realidade, os missionários eram sempre acompanhados de uma escolta militar. Os índios que aceitassem descer eram considerados "livres", mas essa "liberdade" não os permitia decidir não trabalhar para os colonos.

Os resgates eram expedições militares armadas, mas o seu objetivo legal era um intercâmbio comercial que, em princípio, deveria ser pacífico. Os portugueses trocavam ferramentas, machados e facas por índios prisioneiros em guerras intertribais. Inicialmente os índios recusavam trocar os prisioneiros por ferramentas, mas foram convencidos pelo poder das armas das "tropas de resgate" do contrário. Os índios assim resgatados eram considerados escravos e vendidos nos mercados de Belém e São Luís.

Finalmente, as "guerras justas" — promovidas pela "tropas de guerra", consistiam na invasão armada dos territórios indígenas, seguida de ataque indiscriminado com o objetivo de aprisionar, vivos, todos os índios possíveis, homens, mulheres e crianças.

A Fortaleza de São José do Rio Negro era um acampamento para essas tropas e tinha portanto uma população flutuante muito grande. No entanto, para que esse esquema funcionasse, era necessário a residência permanente de um número determinado de índios: A primeira população da área era composta, fundamentalmente de índios Baré, Manáo, Baniw e Passé que, uma vez, em redor do forte, eram obrigados a viver em outro tipo de habitação, submetidos a outros valores.

AS CASAS, AS RUAS

As grandes habitações cônicas e as casas redondas fortificadas e multifamiliares, incendiadas pelos portugueses, foram substituídas por pequenas palhoças unifamiliares. A divisão interna também sofreu modificações com a redução do tamanho das casas.

Com um pouco mais de um século

de vida, o Lugar da Barra continuava constituído por casas de palha e uma população reduzida de 220 índios, 34 brancos e dois negros escravos, segundo levantamento feito pelo ouvidor Sampaio (1778). Alguns anos depois (1786), Alexandre Rodrigues Ferreira contou, em censo que realizou, 301 moradores distribuídos por 40 fogos, sendo 47 brancos, 243 índios e 11 escravos negros.

Durante nove anos o Lugar da Barra foi sede da Capitania do Rio Negro (1791-1799), voltando a recuperar esse status em 1808, sem que isto houvesse alterado o seu traçado e a sua paisagem.

No início do século passado, suas casas de beirais escorridos, mesmo aquelas de melhor aparência, possuíam janelas de urupema, isto é, guarnecidas de peneira. As ruelas e becos eram passagens estreitas, escuras, tortuosas, desniveladas e esburacadas, cobertas pelo matagal, onde até o gado e os porcos tinham dificuldade de se locomover. Elas não conduziam em seu traçado irregular a nenhum lugar. Não existia comércio, bares, associações ou qualquer outro tipo de vida social levando o estudioso Mário Ypiranga a concluir que a Barra "não teve a rua como elemento civilizador".

No final do período colonial é mesmo após, quando passou à categoria de vila (1832), com a denominação de Manaus, o núcleo populacional fundado pelos portugueses permanecia uma aldeia rural, imprensada entre o igarapé de São Raimundo e o do Espírito Santo, que só eram ultrapassados através de algumas trilhas que ligavam a vila com as roças e plantações existentes em seus arredores, copiando mal os padrões indígenas. Os igara-

pés eram cruzadas em canoas ou através de pontes improvisadas.

Quando os portugueses perderam o controle político, com a adesão do Pará à Independência do Brasil, em 1823, deixaram uma região demograficamente esvaziada, e no lugar das grandes habitações cônicas, palhoças de uma aldeia rural despersonalizada, onde quase 80% da população era composta de índios destribilizados e mestiços que não falavam a língua portuguesa como língua materna, com sérios problemas de identidade, e onde a qualidade de vida havia em muito se degradado. Não sobrou, desse período, um só edifício ou monumento colonial, nem sequer em ruínas, que testemunhasse o processo.

A TAPERA DE MANAUS

No ano de 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de Província, separando-se do Pará. Dois anos antes, a vila de Manaus passava a ser denominada Cidade da Barra do Rio Negro, recebendo a denominação definitiva de Cidade de Manaus em 1856. Era a capital da nova província.

A cidade contava nesta época com 4.000 habitantes e 243 casas, das quais a metade — 122 — era de palha. Uma praça e 16 ruas. As casas eram pequenas para conter os seus habitantes. O aluguel era muito caro.

Os viajantes que passaram por Manaus no período de 1850 a 1880 deixaram depoimentos eloquentes sobre a paisagem "urbana" da "cidade".

Alfred Wallace (1850) queixa-se das ruas "onduladas e cheias de buracos, o que torna a caminhada sobre os seus leitos muito desagradá-

vel". Agassiz (1865) define a capital da Província como "uma pequena reunião de casas, a metade das quais prestes a cair em ruínas", e narra a sua participação, ao lado de Elisabeth Agassiz em uma festa noturna oficial, quando os convidados, na ausência de carruagens, todos enfatiados, foram obrigados a atravessar aos pulos as ruas enlameadas e escuras sob a luz exclusiva de uma lanterna.

O engenheiro Franz Keller (1867) ironiza: "A despeito de seu pomposo título — Capital da Província do Amazonas — Manaus é uma cidadezinha insignificante de uns 3.000 habitantes. Ruas sem calçamento e pessimamente niveladas, casas baixas e cabanas de construção a mais primitiva, sem nenhum cuidado de beleza arquitetônica".

O arruador, precursor dos urbanistas, encarregado de marcar os limites dos bairros e o alinhamento das casas, passa a desempenhar um papel ainda que tímido neste período, conforme mostra com muita propriedade Mário Ypiranga.

Algumas ruas novas e um pouco mais compridas começam a surgir em direção ao norte e apesar da ausência de luz pública, a iluminação particular à base de manteiga e tataruga se faz presente em algumas residências. As peneiras das janelas começam lentamente a serem substituídas por grades. Mas até quase o final do século, a cidade continua com o título de "Tapera de Manaus", que só mudaria para "Paris dos Trópicos" com o governador Eduardo Ribeiro que a partir de 1892 tem um papel importante na transformação da cidade, elaborando um plano para coordenar o seu crescimento e iniciando a sua execução.